

PROCURAÇÃO “AD JUDICIA ET EXTRA”


OUTORGANTE Ana Cleide Fernandes, brasileira, solteira, do lar, inscrito no RG sob nº 002.453.219 SSP/RN, e CPF sob o nº 058.136.434-19, residente e domiciliado à Rua Flavio Paula, Nº 143, bairro Santo Antônio, cidade de Mossoró-RN.

OUTORGADOS AMANDA CRISTINA DE CASTRO MARQUES ABRANTES brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/RN 7433, e o Sr. Dr. RODRIGO ANDRADE DO NASCIMENTO, brasileiro, casado, advogado OAB/RN 11.195, ambos recebem intimações ou notificações no escritório profissional à Rua Julinha Paula, 21, Costa e Silva – CEP: 59.628-720 – Mossoró-RN e/ou à Avenida Senador João Câmara, Sala 01, S/N, Centro – CEP: 59.650-000 – Assú-RN.

PODERES: Confere amplos poderes para o foco geral com a cláusula “ad judicia et extra” para o foro em geral, podendo interpor todos os recursos em direito permitidos; entrar em acordo, produzir provas e justificações; transigir; firmar compromissos; passar recibos e dar quitação, finalmente tudo mais usar e praticar, requerer e assinar, para o completo e bom desempenho deste mandato, inclusive substabelecer, com ou sem reserva de poderes.

DECLARO também para todos os fins e sob as penas da Lei, que sou pobre no sentido legal, não possuindo recursos de arcar com custas e despesas processuais sem prejuízo do próprio sustento e de minha família, nos termos do art. 4º da Lei 1060/50.

Mossoró-RN, 22 de Maio de 2019.


Outorgante







Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02

NOTA FISCAL - FATURA - CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA
Companhia Energética do Rio Grande do Norte
Rua Marmoz, 150 - Baldo, Natal, Rio Grande do Norte - CEP 59025-250
CNPJ 08.324.196/0001-81 | Insc. Est. 20055199-0 | www.cosern.com.br

DADOS DO CLIENTE

ANA CLEIDE FERNANDES

CPF 058 138 434-19 NIS 20037501180

CLASSIFICAÇÃO

B1 RESIDENCIAL
BAIXA RENDA COM NIS
Monofásico

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA

RUA FLAVIO PAULA 143

SANTO ANTONIO/AREA URBANA
MOSSORO RN
59621-290

CONTA CONTRATO

MÊS/ANO

0494421011

09/2018

DATA DE VENCIMENTO

DATA PREVISTA PARA A LEITURA

25/09/2018

19/10/2018

C12577575

Nº DO CLIENTE

18/09/2018

Nº DA INSTALAÇÃO

18/09/2018

3000757711

564158

83,24

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo até 30 kWh	30,0000000	0,21440926	6,43
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh	70,0000000	0,36755674	25,72
Consumo Ativo superior a 100 até 220 kWh	56,0000000	0,55133611	30,87
Acréscimo Bandeira VERMELHA			0,82
Contribuição Iluminação Pública			0,31
ICMS-Parcela Subvencionada			1,08

TOTAL DA FATURA

83,24

Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	DATA	ANTERIOR	LEITURA	DATA	ATUAL	LEITURA	Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (kWh)
213066973	CAT	17-08-2018	7.881,00		18-09-2018	8.037,00		32	1,00000		156,00

HISTÓRICO DE CONSUMO

INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO

MÊS/ANO kWh	BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO	COMPOSIÇÃO DO CONSUMO	R\$	%
SET 18 156	ICMS			Geração de Energia	26,36	31,77%
AGO 18 126	PIS	69,04	10,00	Transmissão	2,39	2,86%
JUL 18 127	COFINS	69,04	1,19	Distribuição (Cosern)	16,06	19,29%
JUN 18 108		69,04	5,40	Perdas de Energia	4,32	5,19%
MAI 18 102				Encargos Setoriais	2,45	2,93%
ABR 18 104				Tributos	17,22	20,69%
MAR 18 130				TARIFAS E TAXAS	88,24	100%
FEV 18 140	Consumo Ativo até 30 kWh					
JAN 18 126	Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh					
DEZ 17 145	Consumo Ativo superior a 100 até 220 kWh					
NOV 17 122						
OUT 17 149						
SET 17 157						

E850 0B62 368D 7D60 0AF8 9169 F451 F39C

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

Pague no ponto mais perto de você! Lembrando que o ponto de destino é o seu endereço. 1215, Centro / Supermercado São Luiz - não pague em 517, sem identificação completa em www.cosern.com.br. O pagamento desta Nota Fiscal/Fatura deve ser feito somente em espécie, na data da leitura e bandeira em vigor e a vontade. Mais informações, em www.anel.gov.br. O cliente é compensado quando há variação na continuidade individual ou do nível de tensão de fornecimento. Paga em atraso gera multa 2% (Receita ANEEL), juros 1% ao mês (Lei 10.438/02) e atualização monetária no pro. mais desconto pela aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica criada pela Lei nº 10.438 de 26/04/02 - R\$ 40,07. O cliente é compensado quando há descumprimento do prazo de faturamento para os padrões de atendimento comercial.

As condições gerais de fornecimento (Resolução ANEEL 414/2010), tarifas, produtos, serviços prestados e tributos se encontram à disposição, para consulta, em nossas unidades de atendimento e no site www.cosern.com.br

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES

NÍVEL





ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL

SEGUNDO DISTRITO POLICIAL 2º DP/MOSSORÓ

Rua Camilo de Paula, s/nº, Bairro Nova Betânia, Mossoró-RN, Tel.(0xx84) 3315-5592

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 961/2018.

NATUREZA DA OCORRÊNCIA: Declarou Acidente de Trânsito com Moto (Declaração para fins de solicitação do seguro DPVAT)

LOCAL DO FATO: Declarou que o fato ocorreu na rua nome não informou, estrada da Raiz, Santa Helena, próx. ao Mercantil Horizonte, Mossoró/RN.

DATA E HORA DO FATO: Declarou que o fato ocorreu no dia 05/08/2018, por volta das 00:30hs.

DECLARANTE: Ana Cleide Fernandes

ENDEREÇO RESIDENCIAL: Rua Flávio Paula 143 Santo Antônio, Mossoró/RN.

DATA DE NASCIMENTO: 19/10/1984

DOCUMENTO: RG nº 002453219 SSP/RN

TEL: (84) 987089805

VÍTIMA: O declarante.

NOTICIADO: Motorista desconhecido de um automóvel táxi, não informou a placa.

DECLARAÇÃO DA OCORRÊNCIA

Declarou que no dia, hora e local supracitados, era conduzida na “garupa” da moto placa NQQ1340/CE, RENAVAL n° 182420566, Honda CG Titan, em nome de José Maria Bezerra, quando, segundo relata a declarante, o noticiado colidiu seu carro contra a lateral dianteira da motocicleta na qual era conduzida pelo condutor Sr. José Liberato Júnior ao transitar em um cruzamento da via; Declarou que em razão do ocorrido perdeu o controle do seu veículo e sofreu queda da sua moto na via; Declarou que foi atendido no Hospital Regional Tarcísio Maia; Declarou que o noticiado se evadiu do local do ocorrido; Nada mais disse.

DATA E HORÁRIO DA DECLARAÇÃO: 02/10/2018, às 16h35min.

OBS.: Declarou que compareceu e relatou o presente BO nesta delegacia para cumprir fins protocolares de solicitação do seguro DPVAT. Declarou que não deseja representação criminal ou instauração de procedimento policial investigatório nesta delegacia.

OBS: Todas as informações constantes neste B.O. são de inteira responsabilidade do declarante.

Ana Cleide Fernandes

ASSINATURA DO DECLARANTE RESPONSÁVEL

apc
apc helder-1690205



CLINICA OITAVA ROSADO

LAUDO MEDICO

Atesto que a paciente Ana Cleide Fernandes, 33 anos, vítima de colisão moto-carro no dia 05/08/2018, apresentou trauma contuso em joelho direito, sem sinais de fratura.

Realizado tratamento conservador com analgésicos e solicitado que a mesma procurasse ortopedista para dar continuidade da investigação com ressonância magnética de joelho direito para afastar possível lesão ligamentar, recebendo alta.

No momento apresenta como sequela, limitação na flexão, extensão e diminuição de força em joelho direito, estando apta a realizar perícia do DPVAT.

CID S 83.7

RUA JUVENAL LAMARTINE, 119, CENTRO MOSSORO/RN

25/02/19
Dixon Fradik Medeiros Lima
Cardiologia
CRM 5997

Dr DIXON FRADIK M. LIMA

CRM 5997





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 29 de Maio de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3180511083

Vítima: ANA CLEIDE FERNANDES

Data do Acidente: 05/08/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: MARLOS ROCHA HARTMANN SOARES

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), ANA CLEIDE FERNANDES

Informamos que o pagamento da indenização o Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 1.687,50

Dano Pessoal: Perda completa da mobilidade de um joelho 25%

Graduação: Em grau médio 50%

% Invalidez Permanente DPVAT: (50% de 25%) 12,50%

Valor a indenizar: 12,50% x 13.500,00 = R\$ 1.687,50

Recebedor: **ANA CLEIDE FERNANDES**

Valor: **R\$ 1.687,50**

Banco: **104**

Agência: **000000560**

Conta: **0000032058-4**

Tipo: **CONTA POUPANÇA**

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: www.seguradoralider.com.br/recomeco.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo: 0811535-05.2019.8.20.5106

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

AUTOR: ANA CLEIDE FERNANDES

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Considerando a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (art. 99, § 3º, CPC/15), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

À luz do princípio da celeridade e economia processual, incumbindo-nos adotar providências para que o processo tramite com mais agilidade, evitando-se a realização de atos processuais inúteis e improdutivos, bem ainda consoante o que preconiza o Enunciado nº 35 da ENFAM, “além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139,VI do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”, determino a citação da parte ré, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15(quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

Apresentada tempestivamente contestação, intime-se a parte autora para, com relação a esta e no prazo de 15 dias, sob pena de preclusão, dizer sobre as preliminares/documentos que eventualmente tenham sido levantadas/juntados à resposta, bem ainda, acaso requerida a realização de perícia, apresentar, caso ainda não o tenha feito, quesitos e assistente técnico.

Requerida a realização de perícia na contestação, dou por deferida(CPC, art. 381,II) a produção da referida prova, devendo os presentes autos serem encaminhados ao CEJUSC, através do fluxo “PJE CEJUSC DPVAT”, para os colimados fins.

Perfectibilizada a perícia, apresentado, na ocasião, o laudo pelo perito, devem ser, de pronto, intimadas as partes para, no prazo comum de 15(quinze) dias, manifestarem-se sobre o laudo, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, apresentarem acordo a ser homologado por este juízo ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.

Manifestando as partes interesse na autocomposição, designe-se audiência de conciliação.

Ao revés, manifestando quaisquer das partes expressamente desinteresse em conciliar devem os presentes serem remetidos à unidade jurisdicional de origem.

Havendo interesse de pessoa incapaz(CPC, art. 178, II), dê-vista ao Representante do Ministério Público, pelo prazo de 05(cinco) dias.

Adotadas as supra-expostas providências, voltem-nos conclusos.

P. I. Cumpra-se.

MOSSORÓ/RN, 5 de agosto de 2019

DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo: 0811535-05.2019.8.20.5106

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

AUTOR: ANA CLEIDE FERNANDES

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Considerando a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (art. 99, § 3º, CPC/15), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

À luz do princípio da celeridade e economia processual, incumbindo-nos adotar providências para que o processo tramite com mais agilidade, evitando-se a realização de atos processuais inúteis e improdutivos, bem ainda consoante o que preconiza o Enunciado nº 35 da ENFAM, “além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139,VI do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”, determino a citação da parte ré, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15(quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

Apresentada tempestivamente contestação, intime-se a parte autora para, com relação a esta e no prazo de 15 dias, sob pena de preclusão, dizer sobre as preliminares/documentos que eventualmente tenham sido levantadas/juntados à resposta, bem ainda, acaso requerida a realização de perícia, apresentar, caso ainda não o tenha feito, quesitos e assistente técnico.

Requerida a realização de perícia na contestação, dou por deferida(CPC, art. 381,II) a produção da referida prova, devendo os presentes autos serem encaminhados ao CEJUSC, através do fluxo “PJE CEJUSC DPVAT”, para os colimados fins.

Perfectibilizada a perícia, apresentado, na ocasião, o laudo pelo perito, devem ser, de pronto, intimadas as partes para, no prazo comum de 15(quinze) dias, manifestarem-se sobre o laudo, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, apresentarem acordo a ser homologado por este juízo ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.

Manifestando as partes interesse na autocomposição, designe-se audiência de conciliação.

Ao revés, manifestando quaisquer das partes expressamente desinteresse em conciliar devem os presentes serem remetidos à unidade jurisdicional de origem.

Havendo interesse de pessoa incapaz(CPC, art. 178, II), dê-vista ao Representante do Ministério Público, pelo prazo de 05(cinco) dias.

Adotadas as supra-expostas providências, voltem-nos conclusos.

P. I. Cumpra-se.

MOSSORÓ/RN, 5 de agosto de 2019

DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)